



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 2ª Vice-Presidência

CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental em Agravo Regimental em Recurso Extraordinário no Processo nº 0202677-3/04

Agravante (s): João Martins Ribeiro Júnior e outros

Agravado (s): Estado de Pernambuco

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL IRREGULAR. INCOGNOSCIBILIDADE DO RECURSO. RECURSO INEXISTENTE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Hipótese que não há, em qualquer dos autos apensados, procuração (ou substabelecimento de poderes) habilitando a advogada subscritora da peça recursal à defesa dos agravantes.

2. Em casos que tais, na esteira, inclusive, da inteligência da Súmula nº 115/STJ, desde sempre o Supremo Tribunal Federal tem afirmado que, "*em face do disposto no artigo 37 do CPC, aplicável ao caso em conformidade com a jurisprudência desta Corte, o recurso extraordinário é inexistente. Recurso extraordinário não conhecido*" (RE 264262/RS, rel. Min. Moreira Alves, DJ de 29.06.2001, parte final da ementa).

3. Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 0202677-3/04, julgado em 22 de setembro de 2014 e em que figuram, como agravantes, João Martins Ribeiro Júnior e outros, e, como agravado, Estado de Pernambuco, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, unânimes, em acatar questão de ordem para **não conhecer** do agravo, consoante relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 22 de setembro de 2014

Des. **Fernando Eduardo Ferreira**
2º Vice-Presidente e relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 2ª Vice-Presidência



CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental em Agravo Regimental em Recurso Extraordinário no Processo nº 0202677-3/04

Agravantes: João Martins Ribeiro Júnior e outros

Agravado: Estado de Pernambuco

RELATÓRIO

Agravo Regimental tirado contra decisão da 2ª Vice-Presidência deste TJPE, lavrada à luz do disposto no § 2º do art. 255-A do RITJPE, que flagrou a incognoscibilidade do primitivo agravo regimental interposto pelos agravantes, desta feita contra decisão da qual resultou a negativa de seguimento a recurso extraordinário.

O primeiro agravo doméstico não foi conhecido por irregularidade insanável na representação processual dos agravantes, haja vista a inexistência de procuração, ou de substabelecimento de poderes, habilitando a ilustre signatária da petição recursal.

Em síntese, nas razões de sua insurgência os recorrentes assim argumentam: *"A ausência de substabelecimento do advogado na peça postulatória constitui vício de representação sanável, que pode ser superado, nos moldes do artigo 13, do Código de Processo Civil. Pelo comando contido no referido dispositivo de lei, verificado esse defeito, o magistrado deverá suspender o processo e conceder prazo razoável para que o vício seja sanado. A Relatoria ao detectar a falha, ao invés de buscar sanear o feito, negou, de pronto, o seguimento do recurso, sem julgamento do mérito, razão pela qual negou vigência à norma cogente mencionada"* (fl. 196).

Não tendo exercido o juízo de retratação, apresento este agravo em mesa na primeira sessão deste órgão julgador competente que me está sendo possível, após a recepção dos autos correspondentes em meu Gabinete (RITJPE, art. 254, § 1º).

É o relatório.

Des. **Fernando Eduardo Ferreira**
2º Vice-Presidente e relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 2ª Vice-Presidência



CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental em Agravo Regimental em Recurso Extraordinário no Processo nº 0202677-3/04

Agravantes: João Martins Ribeiro Júnior e outros

Agravado: Estado de Pernambuco

VOTO

Cuido que inexistente, nas razões que subsidiam a insurgência recursal, qualquer argumento forte o suficiente para ensejar a pretendida reforma da decisão agravada.

Por irregularidade insanável, o recurso é incognoscível.

É que, mais uma vez, a advogada signatária da peça recursal, Dra. Elizabeth de Carvalho (OAB-PE nº17.009-D), não cuidou de juntar procuração (ou substabelecimento de poderes) que a habilitasse à defesa dos recorrentes.

Em casos que tais, na esteira, inclusive, da inteligência da Súmula nº 115/STJ, desde sempre o Supremo Tribunal Federal tem afirmado que, *"em face do disposto no artigo 37 do CPC, aplicável ao caso em conformidade com a jurisprudência desta Corte, o recurso extraordinário é inexistente. Recurso extraordinário não conhecido"* (RE 264262/RS, rel. Min. Moreira Alves, DJ de 29.06.2001, parte final da ementa).

Precedente recente – e emblemático – do Superior Tribunal de Justiça, confirmatório da plena atualidade da inteligência daquela sua vetusta Súmula nº 115, que *"tem como premissa a verificação da regularidade da representação processual no momento da interposição do recurso especial"*: 2ª T., EDcl no AgRg no REsp 1251569/RJ, rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 24.02.2012.

Idêntico posicionamento na matéria vem sendo observado no âmbito deste Tribunal, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. QUESTÃO DE ORDEM. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL IRREGULAR. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO. INCOGNOSCIBILIDADE DO RECURSO. SUSCITAÇÃO ACOLHIDA. RECURSO INEXISTENTE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Hipótese que não há, em qualquer dos autos apensados, procuração (ou substabelecimento de poderes) habilitando os advogados subscritores da peça recursal à defesa dos agravantes na lide primitiva ou em qualquer dos recursos neles



emoldurados.

2. *Em casos que tais, na esteira, inclusive, da inteligência da Súmula nº 115/STJ, desde sempre o Supremo Tribunal Federal tem afirmado que, "em face do disposto no artigo 37 do CPC, aplicável ao caso em conformidade com a jurisprudência desta Corte, o recurso extraordinário é inexistente. Recurso extraordinário não conhecido" (RE 264262/RS, rel. Min. Moreira Alves, DJ de 29.06.2001, parte final da ementa).*
3. *Agravo regimental não conhecido" (TJPE-Corte Especial, AgRg nº 0226872-0/02, rel. Des. Fernando Eduardo Ferreira, julgado em 18.08.2014).*

Bem por isso, **não conheço** do agravo.

Des. **Fernando Eduardo Ferreira**
2º Vice-Presidente